

CAMPOS, Carlos de

*dep. fed. SP 1918-1923; pres. SP 1924-1927.

Carlos de Campos nasceu em Campinas (SP) no dia 6 de agosto de 1866, filho de Bernardino José de Campos Júnior e de Francisca de Barros Duarte de Campos. Seu pai, republicano histórico, foi constituinte de 1891, deputado federal por São Paulo de 1891 a 1892, presidente do estado de São Paulo de 1892 a 1896, ministro da Fazenda de 1897 a 1898, senador de 1900 a 1902, e novamente presidente de São Paulo de 1902 a 1904. Seu irmão, Sílvio de Campos, foi deputado federal por São Paulo de 1924 a 1930, constituinte de 1946 e deputado federal por São Paulo de 1946 a 1951.

Fez os primeiros estudos na cidade de Amparo (SP), onde seu pai se havia estabelecido como advogado, e posteriormente nos colégios Amor à Ciência e Internacional, ambos em Campinas. Consta que, quando da visita de dom Pedro II à cidade em agosto de 1875, ao ser interpelado pelo monarca sobre o melhor regime de governo, apesar de ter apenas nove anos, respondeu: “Imperador, sou republicano como meu pai”. Na capital de São Paulo fez o curso preparatório no Colégio Morton, matriculou-se em 1883 na Faculdade de Direito e bacharelou-se em 1887. Retornando a Amparo, iniciou a carreira de advogado como o pai, com quem participou ativamente nos movimentos em favor da abolição da escravatura e pela República.

Filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), após o 15 de novembro de 1889 foi escolhido pelo governador do estado, Prudente de Moraes (1889-1890), para fazer parte do primeiro Conselho de Intendência Municipal de Amparo, composto de sete membros. Em 26 de março de 1890, com apenas 23 anos, foi eleito por seus pares vice-presidente desse conselho. Quando seu pai foi nomeado chefe de polícia do estado, acompanhou-o na ida para São Paulo como auxiliar, e também advogou no foro da capital. Durante a Revolta da Armada, em 1893, no posto de major do Comando Superior da Guarda Nacional, participou ativamente na defesa de São Paulo e da República, o que o levou a receber mais tarde a patente de coronel.

Em dezembro de 1894, durante o governo de seu pai, foi eleito deputado estadual para a legislatura 1895-1897. Como parlamentar, foi o primeiro a apresentar o pedido de emancipação do então distrito de Aparecida, do município de Guaratinguetá. Defendeu também a criação de escolas no interior paulista. Convidado Campos Sales, que sucedeu a seu pai na presidência de São Paulo (1896-1897), renunciou ao mandato parlamentar para assumir a secretaria de Estado da Justiça em 1º de maio de 1896. Exerceu o cargo até 27 de abril de 1897, quando, em virtude de cisão no PRP, deixou o governo e retornou à advocacia. Reeleito deputado estadual em dezembro de 1900, renovou o mandato em 1903 e 1907. A partir de 1902 foi vice-presidente da Câmara estadual e em 1907 passou a presidente, em substituição ao deputado João Álvares Rubião Júnior. Como tal, saudou em 1909 o candidato da Campanha Civilista à presidência da República, Rui Barbosa, que tinha como companheiro de chapa o presidente de São Paulo, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1908-1912). A vitória no pleito realizado em março de 1910 coube, porém, ao marechal Hermes da Fonseca. Também em 1910 voltou a renovar o mandato de deputado estadual, o mesmo ocorrendo em 1913.

Com a morte de seu pai, foi indicado pelo PRP para ocupar sua cadeira no Senado Estadual. Eleito 20 de fevereiro de 1915, na mesma ocasião tornou-se membro da comissão diretora do PRP. Em 2 de fevereiro de 1916 foi reeleito senador estadual, e em 1º de março de 1918 foi eleito deputado federal. Deixando o Senado paulista, assumiu o novo mandato em 3 de maio seguinte, sendo logo indicado líder da bancada paulista e da maioria na Câmara dos Deputados, além de presidente da importante Comissão de Finanças. Em 20 de fevereiro de 1921 foi novamente eleito deputado federal, para a legislatura de 1921-1923.

Quando da escolha do novo ministério por Artur Bernardes, eleito presidente da República em março de 1922, foi convidado para a pasta Justiça, mas recusou. Apesar de ter ficado acertada sua indicação para a liderança da maioria na Câmara dos Deputados, acabou ficando como líder da bancada paulista. Seu nome foi lembrado para a presidência da própria Câmara, mas também não aceitou a indicação.

Candidato preferido de Washington Luís à sua sucessão no governo de São Paulo (1920-1924), no dia 1º de dezembro de 1923 teve sua candidatura lançada pelo PRP, e em 1º de março de 1924 foi eleito, com 96.856 votos, tendo como vice-presidente Fernando Prestes de Albuquerque. Ambos tomaram posse em 1º de maio.

Em 5 de julho de 1924, quando São Paulo e o país foram surpreendidos por um movimento revolucionário, viu-se cercado com a família, alguns colaboradores e uma diminuta guarda composta de 15 militares, no palácio dos Campos Elíseos, por tropas rebeldes chefiadas pelo general Isidoro Dias Lopes. Resistindo ao intenso bombardeio, permaneceu durante alguns dias em seu posto, até que recebeu ordens do governo federal para se retirar da sede do Executivo paulista, para que se pudesse dar combate aos insurgentes. No dia 8, em companhia de sua pequena comitiva, foi para a sede da Secretaria da Justiça, no centro da cidade, e depois para a estação de Guaiaúna da Estrada de Ferro Central do Brasil, hoje denominada Carlos de Campos, no bairro paulistano da Penha, onde permaneceu por quase três semanas. Em 12 de julho, ao agradecer as manifestações de apoio que recebeu do presidente da Câmara dos Deputados, afirmou: “Estou certo de que São Paulo prefere ver destruída a sua formosa capital, antes de destruída a legalidade do Brasil.”

Após a capital ter sido bombardeada por ordem do presidente Artur Bernardes, os revoltosos a abandonaram, na noite de 27 para 28 de julho, e rumaram para o interior do estado. Carlos de Campos retornou então ao palácio, e uma de suas primeiras providências foi endereçar uma carta ao ministro da Justiça e Negócios Interiores em defesa do jornalista e diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita, que havia sido levado preso para o Rio de Janeiro acusado injustamente de colaboração com os revolucionários.

Restabelecida a normalidade, Carlos de Campos pôde reiniciar sua administração, na qual se destacaram a remodelação da Estrada de Ferro Sorocabana e o início da construção de sua imponente estação, hoje conhecida como Júlio Prestes. Amparou a produção do café, com a organização do serviço do combate à broca e a fundação do Instituto do Café, criou o Banco do Estado de São Paulo, o Instituto Biológico, e a Guarda Civil de São Paulo. Reorganizou a Faculdade de Medicina e Cirurgia, construindo sua sede na avenida Dr.

Arnaldo, e também o serviço sanitário, as secretarias do Interior e da Fazenda, a Guarda Civil, e o Tribunal de Contas do Estado, e oficializou o Instituto de Higiene. Remodelou a Força Pública e deu novo impulso à imigração e colonização. Realizou as obras hidroelétricas da Serra do Mar, em colaboração com a Light & Power, que resolveram o problema da falta de energia elétrica na capital e região, e das enchentes no Rio Tietê, e ainda as obras de captação de águas do rio Claro para o completo abastecimento da capital. No dia 22 de abril de 1927, quando despachava em seu gabinete no palácio do governo em São Paulo, Carlos de Campos foi acometido de um derrame cerebral, vindo a falecer em 27 de abril. Assumiu o governo interinamente o presidente do Senado Estadual, Antônio Dino da Costa Bueno, em virtude da recusa do vice-presidente Fernando Prestes de Albuquerque, que alegou problemas de saúde, mas na realidade não queria tornar inelegível seu filho, o deputado federal Júlio Prestes de Albuquerque, que já era candidato à sucessão estadual. Carlos de Campos ainda jovem ficou viúvo de Celeste de Campos Braga, e casou em segundas núpcias com Maria Lidia de Sousa, com quem teve dez filhos.

Além da política, duas outras atividades foram importantes na vida de Carlos de Campos: o jornalismo e a música. Jornalista desde estudante, colaborou com diversos jornais do interior, e na capital foi redator-chefe do *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP, do qual seria diretor responsável por mais de 20 anos, só se afastando quando tomou posse no governo. Tendo sido aluno ainda criança, em Campinas, dos maestros Carlos Gomes e Luís Provesi, foi também compositor e musicólogo. Foi autor da opereta *Caso colonial* (com libreto de Pedro Augusto Gomes Cardim), e da ópera *A Bela Adormecida* (com libreto de João Kopke e orquestração de Luís Provesi). No ano em que faleceu estava terminando sua terceira obra musical, que deixou inacabada. Musicou poemas e publicou em 1926 um volume com suas composições, ilustrado pelo artista português Correia Dias. Foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras, sendo titular da cadeira nº 16, da qual é patrono seu tio Américo de Campos, político e jornalista, fundador dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário Popular*. Pertenceu também ao conselho superior e diretor do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, foi sócio da Sociedade Brasileira de

Autores Teatrais e membro do Instituto Histórico e Geográfico, da Sociedade Científica de São Paulo. Em sua homenagem, o governo do estado de São Paulo criou, em 1954, o Conservatório Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos, em Tatuí.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário; Anuario Theatral Argentino-Brasileiro* (1926); ASSEMB. LEGIS. SP. *Anais* (1895, 1902); CALIMAN, A. *Legislativo; CÂM. DEP. Anais* (v. 15); *Correio Paulistano* (30/4/1924, 28/4/1927); *Folha da Manhã*. (28/4/1927); GONÇALVES, A. *Dicionário* (v.2 e 3); RIBEIRO, J. *Chronologia*; SILVA, E; EWIGKEIT, J. *Precursores*; VAMPRÉ, S. *Memórias*.